


INCT Caleidoscópio: contribuições feministas para a Política Científica

Karla Adriana Martins Bessa^{1, 2}  0000-0002-5867-5372

Viviane de Melo Resende^{2, 3}  0000-0002-7791-5757

¹Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero PAGU. Campinas, SP, Brasil. 13083-896 – pagu@unicamp.br

²Universidade de Brasília, INCT Caleidoscópio, CNPq, Brasília, DF, Brasil. 70.910-900 – inct.caleidoscopio@unb.br; ceam@unb.br; lip@unb.br

³Universidade de Brasília, Laboratório de Estudos Críticos do Discurso, CNPq, Brasília, DF, Brasil. 70.910-900



Resumo: No presente artigo, abordamos a constituição e o escopo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Caleidoscópio, cujo foco de atuação é a reflexão crítica, o monitoramento e a promoção da equidade, diversidade e radical inclusão de gênero na base e estrutura da produção científica brasileira. Como argumento, retomamos um breve histórico dos debates sobre mulheres, gênero e ciências na literatura feminista e apresentamos as principais questões e obstáculos atuais que persistem no cenário político e conjuntura técnico-científica nacional e global. Concluímos com a apresentação de uma análise de dados do Observatório Caleidoscópio no seu primeiro ano de vigência e com a sugestão de caminhos possíveis para os enfrentamentos necessários à consolidação da equidade de gênero e diversidade sócio-étnico-racial e sexual nas ciências, como parte de um projeto democrático de “envolvimento orgânico” do saber científico no bem comum.

Palavras-chave: INCT Caleidoscópio; feminismo; equidade; gênero; sexualidade.

INCT Kaleidoscope: Feminist Contributions to Science Policy

Abstract: This article examines the establishment and mission of the National Institute of Science and Technology (INCT) Kaleidoscope, which is committed to critically reflecting on, monitoring, and advancing equity, diversity, and radical gender inclusion within the foundations and framework of Brazil's scientific ecosystem. It offers a brief historical account of feminist debates surrounding women, gender, and science, while addressing the enduring challenges in the current national and global political and techno-scientific landscape. The article concludes with an initial analysis of data from the Kaleidoscope Observatory's first year of operation, presenting insights and proposing pathways to strengthen gender equity and socio-ethnic-racial and sexual diversity in science. These initiatives are envisioned as integral to a democratic project that connects scientific knowledge with the pursuit of the common good.

Keywords: INCT Kaleidoscope; Feminism; Equity; Gender; Sexuality.

INCT Caleidoscópio: Contribuições Feministas para uma Política Científica

Resumen: El artículo examina la constitución y el alcance del Instituto Nacional de Ciencia y Tecnología (INCT) Caleidoscópio, cuyo enfoque es la reflexión crítica, el monitoreo y la promoción de la equidad, la diversidad y la inclusión radical de género en la base y estructura de la producción científica brasileña. Retoma una breve historia de los debates sobre mujeres, género y ciencia en la literatura feminista y presenta las principales cuestiones y desafíos actuales que persisten en el contexto político y técnico-científico nacional y global. El artículo concluye con la presentación de un primer análisis de datos del Observatorio Caleidoscópio en su primer año de vigencia y sugiere posibles caminos para enfrentar los desafíos necesarios para la consolidación de la equidad de género, así como de la diversidad socioétnico-racial y sexual en las ciencias, como parte de un proyecto democrático de compromiso orgánico del conocimiento científico con el bien común.

Palabras clave: INCT Caleidoscópio; feminismo; equidad; género; sexualidade.

Feminismos e política científica: breve introdução

No século XIX, o feminismo europeu (tanto liberal, quanto marxista) desafiou não apenas as estruturas sociais, mas também questionou a constituição de paradigmas científicos que reforçam a exclusão, o racismo e a desigualdade. Esse período coincidiu com a consolidação da noção moderna de cidadania, o exercício de deveres/direitos e a definição da universidade como locus privilegiado de produção de conhecimento. Nesse contexto, de consolidação de unidades disciplinares e constituição de “objetos” e áreas de estudos especializados, as hierarquias e o exercício das relações de “saber/poder” (Michel Foucault, 1979), as universidades, se tornaram complexos ativos na conformação do projeto de Estado-nação burguês, priorizando saberes considerados úteis para o “progresso econômico e social”, hoje criticamente entendido como racializado e excludente em termos de perspectivas de gênero e classe.¹

Difícil não pensar no *Frankenstein* de Mary Shelley (1818) como uma grande imagem-síntese sobre as pretensões e impactos da ciência e da tecnologia na produção/reprodução da vida na terra, naquele momento de definições da ciência liberal moderna. Pode-se pensar que esta é uma imagem-clichê, porque já bem utilizada, mas, na verdade, sua referência como crítica feminista da ciência poucas vezes foi considerada. A literatura foi e continua sendo um locus privilegiado de imaginação crítica por parte de mulheres sensíveis à força desagregadora de imaginários que geram opressão e controle.

A produção da crítica no entrelugar ligando literatura e ciência é motor do trabalho de Gloria Anzaldúa (1999), que mobiliza a metáfora de fronteiras como locais de encontro onde há mistura, hibridiz e síntese inacabada. Fronteiras são, então, locais estruturais que mostram o funcionamento das relações hierárquicas, e no feminismo chicano também expressam experiências de trânsito em espaços marginais ou fronteiriços. Definem experiências, mas também luta política e intelectual.

Como o poder não se caracteriza apenas pela força e pela violência, Cristine Severo e Sinfre Makoni (2023) apontam a natureza política da produção de conhecimento, que hierarquiza formas de conhecer e legitima a dominação epistêmica. A universalização do conhecimento produzido nas universidades do Norte, por homens brancos letrados, como se fosse atópico, sem rosto e sem endereço, é resultado da descorporificação do conhecimento, fruto do dualismo corpo-mente no cientificismo moderno. A crença no conhecimento objetivo desvaloriza as percepções do corpo quando “inaugura uma tradição de pensamento que se imagina produzindo um conhecimento sem determinações corporais nem determinações geopolíticas” (Joaze Bernardino-Costa, 2016, p. 11-12). É assim que o conhecimento produzido nessa tradição passa a ter validade universal, o que perdura como colonialidade do saber, caracterizada na fronteira entre o saber local e o conhecimento científico, considerado o saber universal da humanidade.

Críticas marxistas, feministas e foucaultianas contundentes surgiram ao longo dos séculos XIX e XX, destacando como a ciência moderna – concebida como neutra e universal – frequentemente reforça as desigualdades, iniquidades, exclusões e preconceitos, compondo os jogos de poder de seu tempo. A consolidação do campo de estudos da história das ciências trouxe à tona um questionamento fundamental: quem decide o que é pesquisado, para quem e com quais consequências?

As filósofas Susan Bordo e Alison Jaggar (1997) organizaram um seminário, no final da década de 1980, com cientistas, donas de casa, artistas, todas com algum tipo de militância feminista, com o intuito de debater as novas epistemologias, filosofias políticas, ontologias e também uma ciência do cosmos em constante ebulição. O resultado, publicado em livro, indaga a tradição dualista que marcou o surgimento do pensamento científico (universal/particular; natureza/cultura; razão/emoção; mente/corpo).² Propõem, ao rejeitar essa estrutura cartesiana, que “o feminismo vale-se dos conceitos de outras tradições, incluindo o historicismo marxista, a teoria psicanalítica, a teoria literária, a sociologia weberiana” (Bordo; Jaggar, 1997, p. 11). Na coletânea, as autoras sugerem uma escrita que fuja das “metáforas falocráticas” do discurso científico moderno.

No livro, destaca-se o artigo de Phyllis Teitelbaum (1997), cuja análise dos preconceitos étnico-raciais e de gênero nos “testes padronizados de admissão” nas universidades apontou que eram considerados pretensamente neutros e meritocráticos. Nos resultados analisados, as mulheres ficaram, no máximo, com 32%, embora suas notas nas disciplinas cursadas fossem sempre muito acima das dos homens. A autora avalia que escolhas de carreiras de

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada por Karla Bessa na Mesa-Redonda MR 37: “Mulheres nas ciências, políticas públicas e ativismos”, que contou com a presença de Miriam Grossi (coordenação) e participação de Debora Menezes, Fabiana Aparecida de Carvalho e Maria Elisa Máximo. Agradecemos à organização do 13o Fazendo Gênero pelo convite, ao CNPq, por financiar o projeto apresentado, às colegas da mesa pela interlocução e às editoras e pareceristas anônimas desta revista pelos comentários.

² O livro *Gênero, Corpo, Conhecimento*, organizado por ambas, publicado em 1988, nos EUA, foi traduzido no Brasil 11 anos depois.

muitas mulheres estiveram atreladas a uma deturpada autopercepção de desempenho e de capacidade a partir dos resultados de testes padronizados de avaliação de capacidade e aptidão intelectual. No levantamento de entrevistas com os sujeitos que elaboraram os testes, para saber sobre o viés de gênero que agregam, a autora encontrou respostas como esta: “as mulheres têm mais facilidade ou recebem notas mais altas que os homens nas escolas secundárias e cursos universitários porque se esforçam mais para agradar aos professores”.

Dez anos mais tarde, também no contexto estadunidense, emergiu no cenário da crítica feminista da ciência a clássica pergunta-título de Londa Schiebinger (2001): O feminismo mudou a ciência? Com essa pergunta, a autora nos convida a explorar não apenas a inclusão de mulheres nos espaços acadêmicos e laboratórios, mas também as transformações necessárias na própria prática científica. Para combater o viés falocêntrico da ciência moderna, Schiebinger (2001) propôs uma abordagem mais interdisciplinar, colaborativa e voltada para soluções práticas de problemas sociais. Nesse sentido, a entrada de mulheres na ciência, que se ampliou muito nos últimos 50 anos, não se resume a uma questão de representatividade. É igualmente importante avaliar como as perspectivas de mulheres e feministas questionam epistemologias tradicionais e criam espaço para novos paradigmas, demandando, nos termos de Gloria Anzaldúa (1999), novas fronteiras entre os saberes e conhecimentos.

Na busca pela heterogeneidade de olhares e curiosidades em relação ao mundo, base de qualquer pensamento científico, nos damos conta, em grande parte pelas lutas de feministas negras, no rol das exclusões provocadas pelos séculos de ciência elitista, de que havia a profunda ausência de pessoas negras, indígenas e não normativas em relação a gênero e sexualidade (pessoas lésbicas, *queer*, trans, travestis, não binárias), cuja presença sempre teve a forma de exceção à regra. Foram longos processos históricos de radicalização da noção de justiça social/racial e de democracia que instigaram profundas transformações nas instituições e nas práticas científicas.

Feminismos e lutas antirracistas

María Lugones (2020) denuncia a natureza moderno-colonial do feminismo europeu que, embora tenha reconhecido a relevância de classe e sexualidade para as delimitações de gênero, não explicitou, na verdade, ocultou as conexões entre gênero, classe e heterossexualidade com as dinâmicas de racialização. Sobre isso, Lélia Gonzalez (2020, p. 42) sustenta que tratar a subalternidade de mulheres na divisão sexual do trabalho sem uma articulação racial resulta em racionalismo universal e abstrato, o que define como “típico de um discurso masculinizado e branco”, criando “uma generalidade que oculta”. Para Françoise Vergès (2020), esse feminismo pode ser chamado de civilizatório, “pois tomou para si a missão de impor, em nome de uma ideologia dos direitos das mulheres, um pensamento único que contribui para a perpetuação da dominação de classe, gênero e raça” (Vergès, 2020, p. 28).

No bojo dos estudos pós-coloniais, Chandra Mohanty (2008) denuncia as exclusões que o feminismo europeu opera ao universalizar o conceito de “mulher”. Pressupor “mulheres” como um grupo constituído e coerente que compartilha interesses e desejos independentemente de classe social, pertencimento territorial ou contradições raciais “implica uma noção de diferença sexual ou de gênero ou mesmo de patriarcado que pode ser aplicada de forma universal a todas as culturas” (Mohanty, 2008, p. 5). É assim que a categoria homogênea de “mulher” reduz as mulheres à sua condição de gênero sem reconhecer a história ou outros fatores determinantes, como classe e raça.

A antropóloga colombiana, radicada no Brasil, María Elvira Díaz-Benítez (2020), sugere que a crítica fundamental é aquela que discute o poder, mas não se perde no poder como controle, reconhecendo-o também como potência de resistência. Então, sua proposta é que, nas análises, os dispositivos de raça, gênero, classe etc. não sejam tomados *a priori* como marcadores limitantes da agência, mas como marcadores que, nos contextos relacionais, podem impulsionar a ação. Como no caso das lutas dos movimentos sociais para a inclusão pela via das políticas de ação afirmativa.

As políticas afirmativas e restaurativas promovem há algumas décadas uma mudança substancial, que começou a ser sentida de forma mais contundente no final do século XX. Depoimentos como os de bell hooks (2020) apontam para essa importante correlação entre pressões sociais por mudanças estruturais e transformação nas políticas científicas e tecnológicas: “movimentos por justiça social me possibilitaram ir para a faculdade, receber bolsa e obter financiamento, e, o mais importante, fizeram com que eu tivesse certeza de que poderia mesmo ser escritora” (hooks, 2020, p. 208).

No Brasil, a conquista de um sistema de cotas raciais em universidades causou forte reação da imprensa burguesa e um acalorado debate jurídico. Instituídas as políticas públicas e suas normas, a resistência negra nas universidades ainda precisa se afirmar a cada dia. Isso nos coloca questões sobre a violência do silenciamento, e o quanto desse silenciamento é de

fato rompido com a circulação dos corpos negros nas universidades e institutos de pesquisa. Para Flávia Rios e Márcia Lima (2020, p. 18), a ampliação do ingresso nas instituições de Ensino Superior não apenas garantiu um novo perfil de estudantes, mas também provocou novas agendas de pesquisa.

Muito antes desse processo político movimentar as práticas acadêmicas, nas décadas de 1980 e 1990, feministas negras no Brasil, como Gonzalez (1988) e Beatriz Nascimento (2022), ampliaram significativamente o debate sobre exclusão racial e científica, influenciando profundamente os estudos de gênero. Gonzalez, em suas obras como *Lugar de Negro* (Gonzalez; Carlos Hasenbalg, 1988) e artigos emblemáticos em periódicos como o *Jornal Mulherio* e os *Cadernos Trabalhistas*, trouxe uma perspectiva que unia o feminismo à luta antirracista. Gonzalez destacou como a ciência e a academia reforçaram exclusões históricas e defendeu a inclusão de mulheres negras e trabalhadoras no centro da produção de conhecimento. Nascimento (2022, p. 25), por sua vez, propôs um “jeito de conhecer” que transcende os limites impostos pelas epistemologias eurocêntricas, conectando lutas transatlânticas e valorizando saberes ancestrais. Podemos imaginar, mais recentemente, o impacto em muitas jovens negras, no início de suas formações, do importante trabalho que o Instituto Geledés³ tem feito no país desde 1988, como a divulgação de artigos de autoras negras e a disseminação de notícias sobre desafios e conquistas jurídicas e sociais nas lutas antirracistas no país e no mundo.

Essas reflexões anteciparam questões que só nas últimas décadas ganharam maior reconhecimento na reconfiguração de uma política científica brasileira. Em iniciativas como os dossiês sobre gênero e ciência dos *Cadernos Pagu*, organizados por estudiosas como Maria Margaret Lopes, percebe-se a influência desses debates pioneiros ocorridos nos Estados Unidos e no Brasil. Na segunda década do século XXI, vozes contemporâneas como Luana Kumaruara (2021), com suas pesquisas sobre práticas de cura indígena, retomam e expandem as críticas à universalidade, aos binarismos e ao eurocentrismo dos currículos e campos de pesquisa no país, propondo epistemologias que integram saberes tradicionais e científicos.

A deputada federal (2023/2026) Célia Xakriabá, a primeira mulher indígena a se doutorar pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ao refletir sobre a presença de escolas indígenas (bilíngues e interculturais) nas aldeias e a necessidade de troca de saberes pelo vínculo entre não indígenas e indígenas, dedicou um tópico de sua dissertação (Xakriabá, 2018) para pensar sobre a relação entre a indigenização da universidade e seu próprio processo de escolarização.⁴ Ao falar de sua experiência na universidade, a autora conta como se sentiu representante de seu povo, e ainda mais interessada em entender suas tradições, o que a fez desenvolver um método próprio, coletivo, para, a partir das pinturas corporais, adentrar saberes e espiritualidades ancestrais de seu povo. Em sua dissertação, constrói uma mediação entre a tradição da escrita acadêmica e a imersão narrativa, recriando roteiros de pesquisa e redimensionando práticas orais e visuais, ao se colocar na interculturalidade necessária para estar entre seu povo, entre outros povos indígenas presentes no seu curso e docentes não indígenas.

É também recente a ocupação de espaços acadêmicos por mulheres trans, abrindo caminho para as ainda mais recentes cotas destinadas a esse grupo em (poucas) universidades. Sobre isso, Jaqueline Gomes de Jesus, em entrevista para Inara Fonseca publicada no Boletim do INCT Caleidoscópio (2025), sustenta a relevância psicossocial das ações afirmativas: “não é só a justiça social, mas é sobretudo uma coisa muito básica em termos psicossociais que é forçar a convivência”. Para ela, a convivência é essencial para diminuir distâncias que não são só físicas.

Todo esse movimento de entrada de mulheres brancas, negras, indígenas, transfeministas, periféricas e suas respectivas formações culturais promoveu e ainda promove a revisão dos protocolos científicos e narrativas históricas. Isso carrega a potência de nos fazer avançar em direção a uma ciência inclusiva e enraizada na diversidade cultural e social do Brasil.

Equidade de gênero e diversidade étnico-racial em CT&I

Como resultado destas importantes intervenções críticas e lutas feministas por equidade e diversidade ao longo das últimas décadas, tem havido um esforço concentrado, não só de feministas, mas já institucionalizado em políticas públicas afirmativas, para acesso e inclusão de pessoas que não tiveram acesso ao ensino de terceiro grau e pós-graduação pelas formas clássicas, ditas meritocráticas. As formas de acesso à universidade foram e ainda são objeto de

³ O Geledés Instituto da Mulher Negra foi fundado em 30 de maio de 1988. Desde então, tornou-se importante aglutinador de vozes do Movimento Negro no país. Dentre seus muitos focos de atuação, um deles diz respeito direto a esta reflexão: Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça – Educação e Pesquisa.

⁴ Célia Xakriabá narra, no seu texto, que foi educada numa escola com professores indígenas e um currículo já elaborado numa perspectiva de cultivo e valorização da cultura indígena. O Programa de Educação Escolar Indígena/MG foi criado pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, em parceria com os povos indígenas do Estado, e está em vigor desde 1995.

disputas políticas, pois sabemos do jogo de força e poder que a educação promove. Por isso, a cada quatro anos vemos em eleições (executivo e legislativo) posições que tentam minar a institucionalização das cotas sociais e raciais, que entraram em vigor desde 2012 como lei federal.⁵

Quando pensamos em um eixo de ação para o INCT Caleidoscópio, entendemos que, uma vez conquistado o acesso, o segundo ponto importante da equidade é a permanência. Por isso, as demandas por moradias estudantis, restaurantes universitários acessíveis, bolsas de estudo e trabalho, e outras políticas institucionais são tão fundamentais. Nesse quesito, há grande disparidade de infraestrutura e de engajamento entre as diferentes universidades e institutos federais do país, bem como das universidades públicas estaduais que aderiram às cotas. Temos feito um esforço de pesquisa dessas dificuldades. Por exemplo, a Incubadora Social da Nucleação Norte-Nordeste do INCT Caleidoscópio dedica-se ao levantamento específico sobre as dificuldades de estudantes quilombolas acessarem esses equipamentos nas universidades dessas regiões.

Ponto-chave no debate sobre equidade nas Instituições de Ensino e Pesquisa Superiores (IES) é a inclusão, que exige estratégias de curto e longo prazo e implica praticamente todo o debate crítico feminista apresentado na seção anterior, principalmente no que concerne à descolonização do ensino e da pesquisa, à troca de saberes, à interculturalidade, à reavaliação de metas produtivistas, inalcançáveis para alguns grupos sociais. Tudo isso exige rever noções caras à ciência moderna, como de “desenvolvimento” (ainda que sustentável), e de produção de tecnologias que infantilizam e idiotizam os seres humanos na sua capacidade de trabalho e inteligência, ou, em termos marxistas, tecnologias que promovem e tornam ainda mais graves os processos de alienação. Tecnologias, por exemplo, que servem à lógica do agronegócio e não da agroecologia, processos e dinâmicas de produção de energias que destroem o ambiente, os territórios e os povos tradicionais, tecnologias que expropriam conhecimentos coletivos e geram lucros para grandes conglomerados, que expropriam dados sensíveis das pessoas e colocam em risco suas seguranças digitais e físicas. Inclusão, no âmbito das políticas públicas de ciência e tecnologia, requer, portanto, uma revisão filosófica e ética de todo o fazer científico.

Para radicalizar essa revisão, entendemos central a ideia do conhecimento corporificado. À noção de corpo-político do conhecimento agrega-se a de corpo-território. A antropóloga indígena guatemalteca, de etnia Maya K'iché, Dorotea Gómez-Grijalva (2014, p. 264-265) explica, sobre esse conceito, que entender o corpo como território político equivale a reconhecê-lo como histórico e não biológico: “(...) um território com história, memória e conhecimento, tanto ancestral quanto pessoal”.

Feministas negras estadunidenses como hooks (2018) e Patricia Hill Collins (2022) também insistem na dimensão experiencial do conhecimento. Para a abordagem interseccional, o conhecimento a partir da experiência é o que garante análises mais profundas e potencialmente críticas. Se na visão ocidental eurocêntrica cartesiana o conhecimento deve ser neutro, objetivo e universal, nas perspectivas decolonial e interseccional, o conhecimento só pode ser localizado, particular, corporificado. O corpo se torna, assim, um vértice para pensar sobre epistemologia.

Além da inclusão pela via da justiça epistêmica (Miranda Fricker, 2007), a inclusão em ciência e tecnologia também está no *design* de uma arquitetura acolhedora das diferenças (banheiros para diferentes gêneros, rampas e elevadores para pessoas que utilizam cadeiras de rodas ou andadores, espaços que permitam cães-guias para pessoas com deficiência visual, espaços circulares de convivência, lugares para crianças (filhos de servidoras, docentes, discentes, visitantes) ou mães lactantes, boa iluminação nos pontos de transporte público); enfim, toda uma arquitetura e uma gestão dos espaços que não se traduz apenas em laboratórios, salas de aula, anfiteatros e cantinas. Incluir também é propiciar segurança físico-emocional nas relações, por isso a importância de uma cultura da prevenção e enfrentamento de assédios (morais e sexuais), estupros, importunações sexuais e outras violências em todos os níveis do ambiente acadêmico, a todas as pessoas que nele trabalham, pesquisam, estudam, principalmente as mais visadas, como mulheres (cis e trans).

Precisamos de ouvidorias e secretarias que acolham as denúncias e as encaminhem para as devidas providências processuais, de apuração, punição, mas também precisamos elaborar estratégias pedagógicas, de ensinamento de códigos de conduta condizentes com a dignidade e respeito ao outro e aos seus direitos. Sobre isso, pesquisa recente de Neiva Furlin (2025) em universidades públicas e comunitárias do Sul e Sudeste do Brasil mostra que, das 124 universidades mapeadas, apenas 31 apresentaram mecanismos dessa natureza, menos de 25% das universidades pesquisadas.⁶

⁵ A Lei nº 12.711/2012 prevê que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação no mínimo 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas ou em escolas comunitárias, com critérios de renda e a inclusão de estudantes pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, seguindo a proporção de cada grupo na população de cada estado, conforme dados do IBGE.

⁶ Pesquisa intitulada “Mecanismos Institucionais para o enfrentamento das desigualdades e violências de gênero em universidades brasileiras”, de Neiva Furlin (mimeo), apoiada em 2024 no Edital Universal do CNPq.

No âmbito de nossas reflexões, argumentamos que, ao lado da inclusão étnico-racial e social, também precisamos considerar as políticas científicas voltadas para a inclusão de mulheres em áreas majoritariamente concentradas de pessoas do gênero masculino, como as das Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática (conhecidas pela sigla, em inglês, STEAM), principalmente na pós-graduação e no acesso ao exercício da profissão. Esse processo não é exclusivo do caso brasileiro, mas tem sua expressão no país, de acordo com o relatório do Mapa do Ensino Superior no Brasil 2023 (Instituto SEMESP, 2023). Os índices são bem preocupantes, principalmente quando olhamos para as áreas tecnológicas, cujo engajamento no Brasil ainda é baixo. Em 2021, “os cursos de TI (Tecnologia da Informação) somavam 468 mil matrículas em todo o país, considerando as modalidades presencial e EAD, representando apenas 5,2% do total de matrículas” (Instituto SEMESP, 2023, p. 53). Em relação à questão de equidade, o diagnóstico é alarmante: “Em 2021, apenas 16,5% das matrículas em cursos da área eram de mulheres, contra uma participação feminina de 60,7% nas demais áreas” (Instituto SEMESP, 2023, p. 53). Quanto à presença de estudantes negros e negras em curso de TI, o cenário é similarmente trágico ao de outras áreas do conhecimento: enquanto nas demais áreas a representatividade é de 8,7%, nos cursos de TI é de 8,1%. Não vamos nos estender sobre isso, mas registramos que algumas iniciativas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) nos últimos dois anos têm tentado reverter esse quadro de disparidades.

Outros aspectos relativos à equidade de gênero e étnico-racial, em termos de inclusão, dizem respeito aos processos de progressão na carreira, ascensão a postos de relevância em pesquisa, acesso aos fundos de pesquisa e reconhecimento do trabalho desenvolvido. Recentemente, grupos, coletivos, associações e sindicatos de docentes, tais como a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas e a Rede Andorinhas, vêm trabalhando para a promoção de um importante debate a respeito dos mecanismos de avaliação para a progressão na carreira. Também promovem discussão de como as mulheres, em seus diferentes estágios de vida, são impactadas ou afetadas por mecanismos sociais e institucionais que pressupõem um tipo de dedicação impossível para muitas mulheres, que historicamente assumem trabalhos de cuidado, tanto com filhos e filhas como com mães e pais. Essas redes estão interessadas em promover reflexão capaz de impactar, além dos processos de avaliação para progressão, também os processos de administração do ensino e da pesquisa, o que inclui a exigência de equidade em comissões internas e em bancas de concursos.

A equidade nessas instâncias é relevante porque pode ter consequência nas definições dos parâmetros quantitativos e qualitativos do que é uma pesquisa ou um trabalho relevante em extensão, mas é preciso reconhecer que a exigência de paridade em comissões internas dos departamentos, faculdades e institutos também pode acarretar um peso adicional na já atribulada vida das mulheres cientistas, especialmente nas áreas em que são franca minoria.

Em última instância, as redes pretendem incidir sobre a valorização da liderança feminina em cada um dos níveis do fazer científico. Esses grupos também vêm buscando interlocução com programas de pós-graduação, com pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação, e com a própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para pensar dispositivos de equidade, diversidade e inclusão em pesquisa e pós-graduação.

Foi justamente pensando em toda a complexidade que envolve a questão de equidade, diversidade e inclusão e as necessárias transformações nos modos de produção científica (burguês, falocêntrico, racista e heterocisnormativo) que construímos, em 2022, a proposta do INCT Caleidoscópio, o primeiro Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) declaradamente feminista do país.⁷ No conjunto das políticas científicas do país, um INCT é uma política de incentivo a redes nacionais e internacionais de pesquisa, consolidadas em torno de temas considerados estratégicos para a solução de problemas sociais e econômicos do Brasil, também com foco na busca de um lugar competitivo para o Brasil no campo científico internacional.

Segundo registro do CNPq, atualmente, são 204 institutos dessa natureza em operação em todo o país. Destes, 24 são das ciências agrárias e agronegócio, 27 das ciências humanas e sociais, 28 de ecologia e meio ambiente, 37 das áreas da saúde, 39 das ciências biológicas, 49 das ciências exatas e da terra, e, por fim, 40 de engenharias, tecnologia da informação e energia. Por esse quadro geral, é possível entender a importante conquista que foi a aprovação do INCT Caleidoscópio na chamada pública para novos INCTs, especialmente se considerarmos que a proposta do INCT Caleidoscópio não ocultou seu viés explicitamente feminista, transfeminista e antirracista desde sua proposta original.

Na próxima seção, apresentamos as linhas gerais do escopo, das atividades e das inserções do INCT Caleidoscópio no cenário das políticas científicas do país.

⁷ Mais em caleidoscopio.unb.br.

INCT Caleidoscópico

O INCT Caleidoscópico – Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências – entrou em funcionamento em 2023 e reúne grupos de pesquisa de instituições das cinco regiões do país. A sua estrutura organizacional segue a da maioria dos INCTs, com coordenação (Viviane Resende, Universidade de Brasília), vice-coordenação (Karla Bessa, Universidade Estadual de Campinas) e um comitê gestor composto de cinco docentes (Dolores Galindo, Joana Pedro, Maria Carmen Gomes, Maria Margarete Lopes e Sílvia Ferreira), de universidades distintas (Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Campinas e Universidade Federal da Bahia), recobrando quatro regiões do Brasil. Todas as pesquisadoras do corpo executivo do Caleidoscópico têm trajetórias acadêmicas e profissionais com lastro nos estudos de gênero em suas respectivas áreas de conhecimento: artes, enfermagem, geologia, história, linguística e psicologia. As demais instituições de pesquisa que integram o INCT estão representadas por pesquisadoras e docentes que compõem as nucleações regionais do INCT, sejam vinculadas às atividades do Observatório Caleidoscópico ou das Incubadoras Sociais. O período de vigência do projeto é de 2023 a 2027.

Destacamos como um traço importante do INCT Caleidoscópico o fato de ser composto, em sua grande maioria, por pessoas com inserção em Centros e Núcleos de Pesquisa pioneiros no país, como, por exemplo, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da UnB, primeiro centro de estudos avançados do Brasil, criado em 1986, cuja história está ancorada nos movimentos de redemocratização do país. O CEAM tem atuação estratégica em questões centrais debatidas no âmbito do Caleidoscópico, como violências de gênero e sexualidade, desigualdades sociais, justiça racial etc. Também tem posição nodal na elaboração da proposta do INCT Caleidoscópico e em sua gestão três dos núcleos de estudos de gênero mais longevos do país: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp, e o Laboratório de Estudos de Gênero e História, ligado ao Instituto de Estudos Avançados (IEG), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conta, também, com o frescor de núcleos mais recentes, representados pelo Laboratório Ateliê – Psicologias, Feminismos e Contracolônias. Entre as pesquisadoras nucleadas, articulam-se desde seniores até profissionais que ingressaram há pouco tempo em instituições de Ensino Superior. As equipes de trabalho do INCT Caleidoscópico também incluem bolsistas de pós-doutorado, iniciação científica, iniciação científica júnior, apoio técnico de nível superior e de nível médio, desenvolvimento tecnológico e extensão, além de estudantes de pós-graduação vinculadas a programas de pós-graduação das instituições parceiras.

O princípio balizador do INCT Caleidoscópico, além do engajamento com a construção de epistemologias feministas, transfeministas, decolônias, antirracistas e anticapitalistas, é a troca de experiências intergeracionais e interdisciplinares. O foco do trabalho é o mapeamento das iniquidades, desigualdades e violências de gênero e sexualidade, mas não apenas isso. Alinhadas às críticas de Schiebinger (2001), que apontam os limites da quantificação como única estratégia de transformação, entendemos o Caleidoscópico como Instituto que articula a leitura dos dados a intervenções políticas e pedagógicas concretas.

Figura 1 – Infográfico de alguns dos eixos de trabalho do INCT Caleidoscópico



Fonte: Elaboração própria.

#PraTodoMundoVer Imagem de texto preto e vermelho, com logo do INCT Caleidoscópico na lateral esquerda. A imagem apresenta os três dos eixos de atuação do INCT: Observatório, Incubadoras e Enredado nas Escolas.

Como coordenadoras, incentivamos uma dinâmica orgânica entre os principais eixos de trabalho do Instituto, como descrito na figura a seguir.

O **Observatório Caleidoscópico** atua em muitas frentes de observação e monitoramento, com nucleações regionais denominadas Sul-Sudeste, Norte-Nordeste e Centro-Oeste. Essas coordenações trabalham para a produção de indicadores: do histórico da inserção de mulheres nas ciências; de políticas institucionais exitosas nas universidades e institutos para fazer frente à desigualdade; dos vínculos entre trajetórias exemplares e políticas públicas.

Atento aos dados já disponíveis em plataformas digitais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e de outros censos e dados demográficos sobre a educação do país e sobre relações entre trabalho e formação acadêmica e tecnológica, o Observatório Caleidoscópico historiciza trajetórias, traz elementos de individualização dos caminhos percorridos, para neles perceber modos de superação de obstáculos e pontos sensíveis, nem sempre visíveis em gráficos.

Outro ponto de monitoramento e de estudo do Observatório Caleidoscópico são os equipamentos de enfrentamento a violências de gênero no ambiente acadêmico de ensino e pesquisa. A esse respeito, a equipe da nucleação Sul-Sudeste dedica-se, desde 2023, a mapear os atuais equipamentos existentes em cada universidade pública nos estados do Sul e do Sudeste, e agora seguimos ampliando para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.⁸

Como se trata de um assunto que vem sendo pesquisado já há algum tempo, além do levantamento dos equipamentos de enfrentamento e dos tipos de violências que recobrem, as coordenações do Observatório estão realizando parcerias com pesquisadoras que estudam denúncias e projetos de desenvolvimento de protocolos e guias de boas práticas. Essas pesquisas estão sendo debatidas em seminários em que compartilhamos achados teóricos e metodológicos e críticas, para que uma compreensão maior seja produzida no processo.⁹

Figura 2 – Print de tela do site do Observatório Caleidoscópico



Fonte: Site do Observatório Caleidoscópico, aba Indicadores.

#PraTodoMundoVer Cópia de página da Internet com fundo cinza, com logo do INCT Caleidoscópico centralizado no topo e da Unicamp na ponta lateral esquerda. Os textos da imagem apresentam um gráfico sobre mulheres em ciências exatas no Mato Grosso do Sul, uma fotografia em preto e branco, um gráfico da proporção de mulheres com doutorado no Brasil e um gráfico que ilustra o Painel Mulheres Graduadas.

As **Incubadoras Sociais** do INCT, nas nucleações Sul-Sudeste, Norte-Nordeste e Centro-Oeste, apoiam projetos de jovens pesquisadoras, fomentando relações intergeracionais entre pesquisadoras em diferentes estágios de formação (do pós-doutorado ao Ensino Médio) e atuam também em projetos extensionistas em escolas. As incubadoras focalizam desigualdades interseccionais e visam incidir sobre políticas públicas.

A primeira incubadora do INCT a se instalar foi a Incubadora Social Feminista Antirracista Norte Nordeste e Amazônia Legal, com sede nas Universidades Federal da Bahia e Federal de Campina Grande.¹⁰ A pesquisa “Mulheres Quilombolas nas Ciências”, uma das ações prioritárias dessa Incubadora, visa compreender dificuldades enfrentadas por mulheres quilombolas no acesso e permanência no Ensino Superior, além de contribuir para a formação de cientistas quilombolas juniores. Recentemente, a Incubadora iniciou a implantação piloto “Mentorias em Carreiras Científicas para Mulheres Quilombolas” na Universidade Federal de Campina Grande.

⁸ Mais em <https://observatoriocalcidoscopio.unicamp.br/equipamentos-antiviolenca-de-genero/>.

⁹ Mais em <https://www.youtube.com/@INCTCaleidoscopio/playlists>.

¹⁰ Mais em <https://sites.google.com/view/incubadorasocial?usp=sharing>.

Figura 3 – Print de tela do site da Incubadora Norte-Nordeste do INCT Caleidoscópio



Fonte: Site da Incubadora Social da nucleação Norte-Nordeste do INCT Caleidoscópio, corte da página inicial.

#PraTodoMundoVer Cópia de página da Internet com fundo branco, com logo da Incubadora Social Feminista Antirracista Norte-Nordeste e Amazônia Legal centralizado no topo. Os textos da imagem apresentam notícias da Incubadora na data do print.

Mais duas incubadoras foram inauguradas no INCT Caleidoscópio: na nucleação Sul-Sudeste, o foco é debater as inteligências artificiais desde uma perspectiva feminista, e, na nucleação Centro-Oeste, o foco são povos indígenas e suas lutas nas universidades. As incubadoras sociais no INCT Caleidoscópio enfrentam um dos pontos fundamentais do INCT: a compreensão de que não é possível pensar em equidade de gênero nas ciências sem problematizar as questões de acesso e permanência, a partir de uma perspectiva interseccional, uma vez que a racialização de pessoas negras, de pessoas indígenas, de pessoas que vivem em quilombos e aldeias rurais e urbanas as coloca em situações de maior vulnerabilidade e, por vezes, totalmente excluídas das dinâmicas de acesso e produção de pesquisa e tecnologia no país.

O **Caleidoscópio Enredado nas Escolas** tem como prioridade o diálogo sobre desigualdades de gênero, raça e classe vinculadas ao acesso e à permanência na Universidade. Dentre seus objetivos, busca estimular o interesse de meninas do Ensino Médio pelo Ensino Superior, da graduação pela pós-graduação, e apoiar jovens recém-doutoras com um ambiente seguro e aberto para a realização de seus projetos de pesquisa feministas e antirracistas.

Figura 4 – Montagem de mídia sobre o Caleidoscópio Enredado nas Escolas



Fonte: Elaboração própria com montagem de materiais de divulgação do Femifilme Cine-Debate, ação do Caleidoscópio Enredado nas Escolas do INCT Caleidoscópio.

#PraTodoMundoVer Montagem a partir de mídias sobre o Femifilme Cine-dDebate com fundo branco. À esquerda, recorte de uma notícia da página UnBNotícias, com manchete sobre a realização do Femifilme e fotografia de turma de Ensino Médio em visita ao *campus* Darcy Ribeiro, junto à equipe do projeto. À direita, na parte de cima, print de imagem retirada de matéria da UnBTV realizada na mesma ocasião, em que se vê uma estudante do Ensino Médio dando entrevista, e abaixo o cartaz de divulgação do Femifilme Cine-Debate.

Na proposição do Femifilme Cine-debate ilustrado na Figura 4, o projeto extensionista do Caleidoscópio Enredado nas Escolas, promovido pelo INCT Caleidoscópio, teve a parceria do Instituto Federal de Brasília (IFB) *campus* São Sebastião e apoio da Universidade de Brasília. A ação extensionista se realizou em cine-debates e rodas de conversa como instrumentos pedagógicos para suscitar o diálogo com estudantes do Ensino Médio do IFB acerca de questões de gênero e suas interseções no ingresso no Ensino Superior.

Os resultados do projeto mostraram a potência do uso de audiovisuais como recurso para debater, de maneira qualificada, sobre temas sociais relevantes como o acesso ao Ensino Superior. A ação extensionista, que é uma das ações continuadas do Caleidoscópio, amplia o diálogo democrático sobre obstáculos e possibilidades para o acesso ao Ensino Superior de grupos sociais historicamente marginalizados no direito à educação.

Além das Incubadoras Sociais do Observatório Caleidoscópio e da política extensionista do Caleidoscópio Enredado nas Escolas, uma linha de ação transversal no INCT Caleidoscópio é sua política de transferência de conhecimento e comunicação científica, voltada para a sensibilização sobre a importância de mulheres nas ciências e das ciências para a melhoria de vida de todas as mulheres. A Comunicação é entendida como um espaço onde ocorrem embates por poder simbólico na produção social de sentidos.

Exemplos recentes desses embates são abundantes nos negacionismos científicos, por exemplo, mas no campo dos estudos de gênero e feminismos, o embate também se realiza nas frequentes *fake news* que desinformam sobre o que é o feminismo e quais são as diretrizes de sua agenda. Em resposta, o INCT Caleidoscópio busca construir, de forma colaborativa, uma comunicação científica feminista, comprometida com a transformação do mundo. Para uma compreensão mais detalhada desse trabalho, sugerimos a leitura dos Boletins do INCT Caleidoscópio (2024a; 2024b; 2025) e uma visita aos websites antes mencionados, onde parte do material pesquisado, das entrevistas, seminários e podcasts está disponível.

Em todas as suas ações, o INCT Caleidoscópio busca construir incidência sobre políticas públicas, por meio de parcerias, termos técnicos de cooperação, colaboração com ministérios, secretarias e autarquias. Alguns exemplos do que já foi realizado nesse âmbito são acordos de cooperação assinados pela Incubadora Social da nucleação Norte-Nordeste com o Ministério da Igualdade Racial e pela Incubadora Social da nucleação Centro-Oeste com o Ministério dos Povos Indígenas, além da presença em reuniões e pautas estratégicas junto ao Ministério da Saúde, à CAPES e à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como a participação ativa em agendas do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, como foi o caso da V Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2024. Nessa frente, está prevista, também, a elaboração de Cadernos de Orientação para elaboração de políticas públicas com foco em interseccionalidade e equidade de gênero.

Considerações finais

Nosso olhar, como coordenadoras, sobre o escopo e as ações do INCT Caleidoscópio, é marcado e limitado por uma visão de dentro. Enfrenta as ambiguidades, alcances e desafios inerentes a uma perspectiva feminista de ciência, que problematiza as estruturas e lógicas da produção e do compartilhamento de conhecimento e, ao mesmo tempo, questiona a ciência produtivista. Ao retomar o debate da década de 1990, como assinala a historiadora Joan Scott (1992), observamos que a inclusão de mulheres nos discursos históricos e científicos e na sua produção não é um evento suplementar, de acréscimo de um sujeito excluído dessa história, mas uma reviravolta epistemológica.

Vemos o trabalho do INCT Caleidoscópio como um esforço de transformação das estruturas científicas brasileiras, com um foco explícito na descolonização dos saberes. Assim, o INCT, em todas as suas linhas de ação, integradas, poderá oferecer uma nova perspectiva para pensar os processos de exclusão e as formas de superação dos obstáculos no acesso e na permanência em universidades e centros de pesquisa, e na construção da vida nesses espaços.

Nosso argumento é que esse compromisso com a descolonização do conhecimento precisa ir além da simples inclusão de grupos minoritários, pois envolve uma reconfiguração radical da própria produção de conhecimento, baseada no reconhecimento de saberes que não se alinham às normas estabelecidas pela ciência eurocêntrica, dividida em hierarquias disciplinares, de viés patriarcal e racista. O que está em jogo no trabalho singular do INCT Caleidoscópio é a construção de uma ciência que, longe de ser neutra e universal, reconhece e abraça as diversidades e complexidades das experiências humanas.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. *Borderland/La frontera*. 2 ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. "A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona". *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 3, p. 504-521, 2016.

BORDO, Susan; JAGGAR, Alison. *Gênero, corpo, conhecimento*. Traduzido por Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

COLLINS, Patrícia Hill. *Interseccionalidade: bem mais que ideias*. São Paulo: Boitempo, 2022.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. "Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 261-282.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRICKER, Miranda. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. New York: Oxford University Press, 2007.

FURLIN, Neiva. "Mecanismos institucionais de prevenção e enfrentamento das violências de gênero em universidades estaduais". *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 11, n. 01, p. 25-51, 2025.

GÓMEZ-GRIJALVA, Dorotea. "Mi cuerpo es un territorio político". In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkis; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (Eds.). *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 263-276.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

hooks, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Elefante, 2020.

INCT Caleidoscópio. Boletim do INCT Caleidoscópio. *INCT Caleidoscópio*, n. 1, 2024a. Disponível em <https://mailchi.mp/a24c5aa0a34e/boletim-inct-caleidoscpio-edicao1>. Acesso em 28/06/2025.

INCT Caleidoscópio. Boletim do INCT Caleidoscópio. *INCT Caleidoscópio*, n. 2, 2024b. Disponível em <https://mailchi.mp/957c9ef8cc33/boletim-inct-caleidoscpio-edio1-13842152>. Acesso em 28/06/2025.

INCT Caleidoscópio. Boletim do INCT Caleidoscópio. *INCT Caleidoscópio*, n. 3, 2025. Disponível em <https://mailchi.mp/375aba3301ac/boletim-inct-caleidoscpio-edicao3?e=6ca2467e11>. Acesso em 28/06/2025.

INSTITUTO SEMESP. Mapa do Ensino Superior no Brasil. *SEMESP*, 13 ed., 2023. Disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/>. Acesso em 28/06/2025.

KUMARUARA, Luana. "Mulheres Indígenas no Baixo Tapajós: militância e suas políticas de (re) existência". In: MIRANDA, Danielle; COSTA, Marcilene. *Perspectivas Afroindígenas da Amazônia*. Curitiba: CRV, 2021. p. 111-126.

LUGONES, María. "Colonialidade e gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Bajo los ojos de Occidente: feminismos académicos y discursos coloniales". In: NAVAZ, Lilliana; CASTILLO, Rosalva. *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. *O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa*. São Paulo: Ubu, 2022.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. "Introdução". In: GONZÁLEZ, Lelia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2001.

SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 62-95.

SEVERO, Cristine; MAKONI, Sinfree. "Língua e raça no Brasil colonial". *International Journal of the Sociology of Language*, n. 282, p. 15-53, 2023.

SHELLEY, Mary. *Frankenstein; or The Modern Prometheus*. London: The Masterpiece Library, 1818.

TEITELBAUM, Phyllis. "A teoria feminista e os testes padronizados". In: BORDO, Susan; JAGGAR, Alison. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Tradução de Brítta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

VERGÈS, Françóise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

XAKRIABÁ, Célia. *O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. Mestrado Interdisciplinar – Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Karla Adriana Martins Bessa (kbessa@unicamp.br) é pesquisadora do PAGU/Unicamp, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Multimeios/Instituto de Artes e Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Ciências Sociais/IFCH, da Universidade Estadual de Campinas. Vice-coordenadora do INCT-Caleidoscópio e integrante da coordenação Sul/Sudeste do Observatório-Caleidoscópio.

Viviane de Melo Resende (vivianemelo@unb.br; resende.v.melo@gmail.com) é professora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e do Departamento de Linguística da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso LabEC, UnB/CNPq. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade de Brasília. Coordenadora do INCT-Caleidoscópio. Bolsista de Produtividade do CNPq PQ-B.



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

BESSA, Karla Adriana Martins; RESENDE, Viviane de Melo. "INCT Caleidoscópio: contribuições feministas para a Política Científica". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e108867, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Este trabalho é resultado do financiamento do CNPq, Processo 406771/2022-7 no âmbito da CHAMADA Nº 58/2022 – PROGRAMA INSTITUTOS NACIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – INCT. Pesquisa Financiada Pelo CNPq.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 17/09/2025

Aceito em 18/09/2025

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Tatiane Silva Cerqueira Santos  0000-0002-3690-6686